



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria da Fazenda*

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT**

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT  
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 11ª (DÉCIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª CÂMARA DE  
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

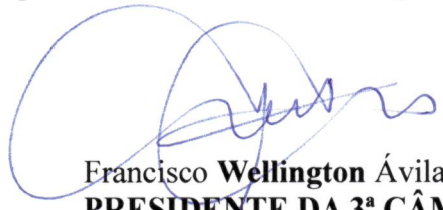
Aos 16 (dezesseis) dias do mês de março do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), foi aberta a 11ª (décima primeira) Sessão Ordinária da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Geider de Lima Alcântara e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Verificado o quorum regimental, o Senhor Presidente deu início à Pauta relativa à **ORDEM DO DIA: Processo de Recurso Nº 1/6096/2017 - Auto de Infração nº 1/201717574. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e IRMÃOS OLIVEIRA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer Reexame necessário e do Recurso Ordinário, negar provimento a ambos, para deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação da falta de motivação** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que os elementos apresentados pela fiscalização e constantes nos autos, possibilitaram o contraditório e a ampla defesa; **2. Quanto ao pedido de Perícia e Diligência** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **3. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas; **4. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento aos Recursos interpostos, para confirmar a decisão **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/6097/2017 - Auto de Infração nº 1/201717576. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e IRMÃOS OLIVEIRA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer Reexame necessário e do Recurso Ordinário, negar provimento a ambos, para deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação da falta de motivação** – Afastada por unanimi-




dade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que os elementos apresentados pela fiscalização e constantes nos autos, possibilitaram o contraditório e a ampla defesa; **2. Quanto ao pedido de Perícia e Diligência** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **3. Quanto a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi rejeitada, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 48 da Lei nº 15.614/2014, ressalvadas as hipóteses ali previstas; **4. No mérito**, também por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar provimento aos Recursos interpostos, para confirmar a decisão **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/6098/2017 - Auto de Infração nº 1/201717577. RECORRENTE: IRMÃOS OLIVEIRA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação da falta de motivação** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que os elementos apresentados pela fiscalização e constantes nos autos, possibilitaram o contraditório e a ampla defesa; **2. Quanto ao pedido de Perícia e Diligência** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **3. No mérito**, por maioria de votos, a 3ª Câmara, resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, e julgar, **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente autuação, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, contrária a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão, se pronunciou por manter a penalidade no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, conforme a autuação. Foi voto vencido o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que consignou seu voto ao entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/6099/2017 - Auto de Infração nº 1/201717578. RECORRENTE: IRMÃOS OLIVEIRA COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por maioria de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar nos seguintes termos: **1. Quanto a preliminar de nulidade suscitada por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação da falta de motivação** – Afastada por unanimidade de votos, considerando que o auto de infração é claro quanto à acusação e que os elementos apresentados pela fiscalização e constantes nos autos, possibilitaram o contraditório e a ampla defesa; **2. Quanto ao pedido de Perícia e Diligência** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **3. No mérito**, por maioria de votos, a 3ª Câmara, resolve dar parcial provimento ao recurso interposto, reformar a decisão condenatória proferida pela 1ª Instância, e julgar, **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a presente autuação, reenquadrando a penalidade para a prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, contrária a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, que em sessão, se pronunciou por manter a penalidade no art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017, conforme a autuação. Foi voto vencido o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto que consignou seu voto ao entendimento do representante da Procuradoria Geral



do Estado. **Assuntos Gerais: I** - Distribuição de Processos. Anote-se para fins de registro e publicidade que a Secretaria da 3ª Câmara recebeu da Célula de Assessoria Processual Tributária – CEAPRO, e distribuiu aos conselheiros os seguintes processos: nºs 1/6096/2017, 1/1768/2017, 1/186/2017, 1/5279/2018, 1/1320/2015, 1/5285/2018 (Cons. Alexandre Mendes de Souza); 1/6097/2017, 1/1572/2016, 1/1320/2015, 1/5305/2018, 1/4104/2017, 1/5281/2018 (Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz); 1/6098/2017, 1/1573/2016, 1/4104/2017, 1/5306/2018, 1/4105/2017, 1/5282/2018 (Cons. Lúcio Flávio Alves); 1/6099/2017, 1/3786/2017, 1/4105/2017, 1/4296/2012, 1/5283/2018 (Cons. Mikael Pinheiro de Oliveira); 1/1278/2018, 2/31/2016, 1/202/2017, 1/1318/2015, 1/5278/2018, 1/4286/2012 (Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho); 1/2399/2015, 1/185/2017, 1/5280/2018, 1/966/2016, 1/5284/2018 (Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; **II** - Foram lidas as resoluções dos seguintes processos: nº 1/3957/2017, 1/3848/2016, 1/4246/2017, 1/976/2016 – Relator Alexandre Mendes de Souza; 1/1062/2013, 1/3398/2017 – Relator Lúcio Flávio Alves; 1/4315/2017, 1/1383/2017, 1/4096/2018, 1/4247/2017, 1/4600/2016, 1/919/2016, 1/4451/2016 – Relator Felipe Augusto Araújo Muniz; 1/1065/2013, 1/970/2016 e 1/4387/2016 (Despacho) – Relatora Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto; 1/450/2016 – Relator Mikael Pinheiro de Oliveira. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão no dia 17 (dezessete) de março do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente e demais membros da Câmara.



**Francisco Wellington Ávila Pereira**  
**PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA**



**Alexandre Mendes de Sousa**  
**CONSELHEIRO**



**Lúcio Flávio Alves**  
**CONSELHEIRO**



**Teresa Helena C. Rebouças Porto**  
**CONSELHEIRA**



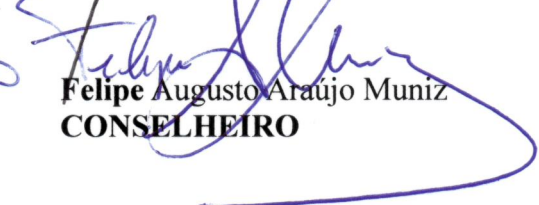
**André Gustavo Carreiro Pereira**  
**PROCURADOR DO ESTADO**



**Geider de Lima Alcântara**  
**CONSELHEIRO**



**Mikael Pinheiro de Oliveira**  
**CONSELHEIRO**



**Felipe Augusto Araújo Muniz**  
**CONSELHEIRO**